

MARIA ONICE PAYER

EDUCAÇÃO POPULAR E LINGUAGEM
reprodução, confrontos
e deslocamentos de sentidos

EDITORA DA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
UNICAMP

Reitor: José Martins Filho

Coordenador Geral da Universidade: André Villalobos

Conselho Editorial: Alfredo Miguel Ozorio de Almeida,
Antonio Carlos Bannwart, César Francisco Ciacco
(*Presidente*), Eduardo Guimarães, Hermógenes de Freitas
Leitão Filho, Hugo Horácio Torriani, Jayme Antunes Maciel
Júnior, Luiz Roberto Monzani, Paulo José Samenho Moran

Diretor Executivo: Eduardo Guimarães



FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA CENTRAL - UNICAMP

P291e
2.ed. Payer, Maria Onice
Educação popular e linguagem: reprodução, confrontos
e deslocamentos de sentidos / Maria Onice Payer. -- 2.ed. --
Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1995.
(Coleção Momento)

1. Análise do discurso. 2. Educação popular.
I. Título.

20. CDD - 415
ISBN 85-268-0276-3 - 370.194

Índices para Catálogo Sistemático:

1. Análise do discurso 415
2. Educação popular 370.194

Coleção Momento
Copyright © by Maria Onice Payer

Coordenação Editorial
Carmen Sílvia P. Teixeira

Produção Editorial
Sandra Vieira Alves

Preparação de originais
Vania T. de Castro Torres

Revisão
Vilma Aparecida Albino

Composição
Gilmar Nascimento Saraiva
Sílvia Helena P. C. Gonçalves
Luís Cláudio Gomes

Montagem
Ednilson Tristão

Capa
Vlad Camargo

1995
Editora da Unicamp
Caixa Postal 6074
Cidade Universitária - Barão Geraldo
CEP 13083-970 - Campinas - SP - Brasil
Tel.: (0192) 39.8412
Fax: (0192) 39.3157

A meus pais
Antônio Payer e
Genny Gaburro Payer.

Aos trabalhadores rurais
do norte do Espírito Santo.

Vidas que estimularam este trabalho.

peito às categorias *generalizantes* (como “os trabalhadores”, “o povo”, “a população”). Nesse sentido consideramos importante lidar com a transversalidade da relação entre lideranças e lavradores, que seria talvez desfeita se falássemos de relações pares como as de lideranças e liderados, educadores e educandos, ou líderes e população. Procuramos manter, com a denominação “lideranças”, os vestígios semânticos de seu funcionamento nos campos político, sindical, pedagógico e religioso. E “lavrador” traz, para nós, a memória de sentidos que são particulares a esse outro lugar de sujeito: lavrar a terra, lidar e conviver diariamente com ela constitui um procedimento no qual se formam, a nosso ver, grande parte dos sentidos que configuram o seu imaginário.

Deslocando-nos então em relação a esses objetos que aparecem como gerais e indeterminados e lidando com essa relação transversal, chegamos a perceber uma multiplicidade de sentidos concorrendo na definição – ou mesmo na construção – do sujeito e dos objetos.

Com efeito, também em nosso percurso, enquanto não percebemos um certo lugar particular do lavrador, o “contexto rural” permaneceu como um elemento alegórico, meramente ilustrativo no quadro da pesquisa. Na medida em que ele se mostra – mais do que um cenário figurativo – um elemento de significação central a ser compreendido, podemos perceber, desde então, o apagamento que se pode produzir quando não se consideram – ou se diluem – as especificidades do que é múltiplo, heterogêneo.

Nas próximas etapas de nosso percurso pretendemos observar, por um lado, os modos de relação entre sentidos (e sujeitos) sedimentados nessas duas representações, ao longo de seu (des)encontro, seja no modo através do qual um mesmo indivíduo lida com esses sentidos, seja na relação entre indivíduos que se representam em lugares distintos. E, por outro lado, o modo como esses sentidos, uma vez dispostos em uma mesma região, traçam pontos de fuga e se deslocam para outros lugares, levando (ou não) o sujeito a um abalo nas suas representações (de si, do outro, e dos objetos).

CAPÍTULO II

ENTRE DISCURSOS: EXPLICAÇÕES E DETERMINAÇÕES

*As palavras não são tão mal faladas
como são mal escutadas.*

Lavradores da região estudada

1 Introdução

Tivemos oportunidade de apresentar anteriormente, quanto ao modo de configuração do sujeito, que o seu lugar, enquanto situação, não funciona como tal no interior dos processos discursivos; ele “se encontra aí representado, isto é, *presente, mas transformado*” (Pêcheux, 1969: 82).

Nesta perspectiva, mantendo o princípio de que o imaginário constitui uma modalidade de real cuja eficácia encontra-se em funcionamento nas práticas sociais, faz-se oportuno agora lembrar a natureza simbólica da linguagem, considerando que aquilo que se convencionou chamar o seu *referente*, isto é, aquilo *de que se fala* nos discursos, consiste igualmente de um “objeto imaginário (a saber, o ponto de vista de um sujeito e não da realidade física)” (idem, p. 83). Ou seja, o des-ligamento entre objeto e língua não permite que a relação entre essas duas ordens seja direta, acertada, final, mas deixa que ela se atravesse sempre por um imaginário que co-existe à constituição do sujeito, em seu modo de estar em sociedade. A ordem material chamada linguagem é capaz assim de, em seu universo simbólico mesmo, instaurar realidades diferentes, tornar múltiplos os objetos, variar o seu modo de existir.

(MB
- Mantar

car. acústico da lang.

E uma vez apagado para o (ou pelo) sujeito esse caráter simbólico da linguagem, o referente lhe aparece como o real, o que sustenta sua atividade de linguagem. Isto quer dizer que se coloca como condição necessária para a prática de linguagem o fato de que “os indivíduos recebem como evidente o sentido do que ouvem e dizem, lêem ou escrevem (do que eles querem e do que se quer lhes dizer)” (Pêcheux, 1975: 157). Essa *ilusão do referente* constitui, de modo necessário, a base do que produz uma *impressão de realidade* do pensamento, o que leva a se sustentar/produzir sentidos, pontos de vista, discursos, num gesto em que simultaneamente outros se apagam.

Levando em conta o estatuto de real pelo qual tomamos o imaginário, como dissemos antes, podemos compreender essa *impressão de realidade* do referente, em uma sua ambigüidade fundamental, nesses termos: *tem-se a impressão* – a sensação, a percepção – de que se vê e se diz o real, a verdade, ao mesmo tempo em que *se faz uma impressão*, isto é, se imprime o estatuto de realidade a um *referente*, pondo-o em circulação no discurso, produzindo assim o *verossímil*.

Considerando esse caráter simbólico da linguagem vamos, nesta parte, tentar ouvir as vozes das lideranças e dos lavradores em suas conversas, seus contatos, suas relações. Desde uma aproximação inicial soam diferenças nas vozes que ali se ouvem. As mais proeminentes produzem uma dessintonia que fere a sensibilidade de quem se disponha a ouvi-las simultaneamente. E assim, embora separadas, cada uma em seu próprio canto, podemos ouvi-las no entanto, de certa forma, juntas. No percurso de seu acompanhamento vão se delineando melhor os contornos – mais tarde os movimentos – dos sentidos que as constituem, não em identidades inerentes, como já dissemos, supostamente essenciais e definidoras do sujeito (e seu discurso) de uma vez por todas, mas em modos de dizer que irrompem quando se encontram essas vozes uma em presença da outra, formando arranjos específicos. Buscamos compreender simultaneamente, a partir de seus traços constitutivos, mesmo quando entrecruzados, *o que faz sentido* para cada uma, *como* esses sentidos se manifestam e *como se relacionam*.

1.1 Algumas distinções entre as vozes

Tentamos discernir inicialmente os traços que as diferenças proeminentes acentuam na direção da voz dos lavradores. Nesta percepção inicial, como já dissemos antes, essa voz não tem nem a mesma *clareza* e nem a mesma *altura* da voz das lideranças. É uma voz quase sumida, aproximada ao silêncio. Às vezes ela até se perde em sons indiscerníveis. Talvez por muito próximos ou por demasiado distantes que nos encontramos do lugar de onde parte. Sentimos necessidade, então, de nos movimentar em meio a esses extremos, tentando nos situar, para nossa escuta, em um lugar entremeado; nem tanto no calor de sua proximidade e nem tanto no frio da sua distância.

Situados assim em meio a essa “conversa”, parece-nos possível discernir como produzidos pelos lavradores, mesmo em seus atravessamentos por outras vozes, dizeres como esses:

(1) O que nós temos não tem valor prá quem vende.

Mas a gente tem que viver e fazer pra gente não precisar de comprar. Não precisa de ter prá vender e sim prá não comprar.

Meu pai diz: “gente, não vão comprar nada na venda”. Lá no papai não tem costume; de sábado assim, ir lá na venda comprar nada na venda, não. Come o que tem em casa.

Já na minha casa – agora não; agora nós tão perdendo esse costume – todo sábado tinha que ir comprar alguma coisa. É mau costume da gente. Às vez a gente tem em casa, e tem que ir lá na venda. Mas é mau costume. (Reunião nº 3, p. 9)

(2) Quando surgiu a irrigação, eu via a irrigação, falava: “gente, mas isso tá errado. Tão passando por cima dos plano de Deus, não pode”, falava. Mas não! Eu tava errada, né, que pode! Porque às vez se não vem essa irrigação, como o Marquinho disse ainda hoje, não teria quase nem o feijão e nem o dinheiro prá comprar, né. Porque do café a gente tem que tirar tudo. Mas a irrigação tá certa, porque/mas essas outras tecnologia, igual computador, essas outras coisa tá trazendo mais complicação, eu acho, né? (Reunião nº 3, p. 4)

(3) As mulher que têm emprego na roça, lá na fazenda onde (*trecho incompreensível*) nós tivemos lá, lá tinha 19 famílias, né, que a fazenda é, ela é pra ser 23 famílias. Então tinha 19 famílias. E então foi mandado a metade embora, né, só ficaram uma metade. E aí dessa metade das família o dono chegou e disse assim: aqui é o seguinte: quem quer ficar, dessas 9 família, fica, mas só um que vai trabalhar. A mulher que trabalha é cortada do serviço. Vai só o marido. E se tiver algum filho a partir que dá carteira assinada, pode também, agora aquele que ajuda lá o pai, quer dizer, o pequeno que ajuda o pai pode trabalhar também, que não tem compromisso de carteira assinada etc. Não sei hoje como é que tá mais. (Reunião nº 1, p. 12)

(4) ... eu segui os passos dos meus filho junto com eles. (...) Falei: "você podem ir, porque eu na minha idade não interessa mais, que a minha idade não permite mais isso. Você são autorizados, são livres". E na mente a gente seguiu os passos com eles como eles conseguisse. E foi o que aconteceu. Um ano depois então a gente veio acompanhar eles aqui. E a gente estamos aí. Estou junto com eles aí na luta. (Entrevista em grupo no assentamento de Rio Quartel, p. 4)

Voltando então a atenção para a outra direção ressaltada nas diferenças mais proeminentes, ouvimos uma voz mais *forte, incisiva, certa*. A voz das lideranças é mais clara e o desenho de seu contorno se delinea com mais rapidez em nossa percepção. Percorrer o traçado de seu contorno não é, entretanto, tarefa menos complicada. O registro dessa voz possui alguns entraves, se entrecorta por silêncios e alaridos que dificultam às vezes a nossa audição. Aí também procuramos reencontrar a direção, acompanhando a presença de outras vozes próximas, que nos soam familiares, e que têm passado há mais tempo pela experiência de navegar em céu aberto, na companhia só de corpos de linguagem. Isto, mesmo sem se eximir de ocupar um lugar em terra firme. Desse lugar ouvimos esses dizeres das lideranças:

(5) ... nós, é, o movimento sindical no Espírito Santo nesses últimos dois anos, vamos chamar assim, teve uma queda de organização muito grande, né? Nós crescemos na estrutura orgânica do movimento, né, na estruturação... eu diria assim, no

fortalecimento da CUT civil, né, com maior evidência nesses últimos dois anos, a nível estrutural. (...) Quer dizer, a conjuntura colocada não tá permitindo, e aí, eu não diria, né, financeira, do/do/das entidades, mas o tanto que afetou, né, quer dizer, a gente sai de um decreto e entra numa medida provisória, né, quer dizer, a consciência sindical que você tem o direito, isso já é um pouco mais avançado hoje, quer dizer, qualquer trabalhador, por mais simples que seja, se você perguntar alguma coisa ele sabe te responder alguma coisa, né, num certo plano ele sempre tem uma resposta. Então, quer dizer, há uma consciência de que você tem que correr atrás da sua parte. Isso há. Há esse conceito. Agora, é muito difícil você conseguir reunir grandes grupos. (Depoimento nº 2, p. 4)

(6) O trabalhador ainda não tá consciente do que é o sindicato. E eu digo mais ainda, eu acho que não vai ser fácil de conscientizar eles do que é o sindicato. Porque enquanto nós fazemos um tipo de conscientização, nós temos, nós ficamos um dia ou dois durante o ano pra ir numa comunidade, né, são vários lugar pra gente passar. Sem recurso, sem um veículo, não dá pra se fazer (interrompido). Então hoje o nosso patrão – isso é uma realidade que a gente nunca discutiu mas a gente tem ela como pensamento, eu acho que é um dos pontos básicos – enquanto nós não temos recurso pra poder andar, né, fazer assembleias regionais, a gente pode tar com o pião quando ele vem aqui fazer um/a gente conversa muito com ele quando ele vem aqui fazer um cálculo, foi mandado embora, a gente tenta explicar a ele quais são os direitos dele. (...) Ele passa lá com o patrão 12 horas quase todo dia. E lá a conversa é diferente, né. Tem a maioria deles, na região do cacau, 90% é analfabeto, então – é a realidade nua e crua, né. Ele vive lá sem carteira assinada, trabalha pai, mãe, 3 ou 4 filhos de 12, 13, 14 anos. Só que na hora de receber é só o pai que recebe. (...) E aí hoje, por isso que a gente acha que é muito mais fácil eles que têm o pião na mão lá, durante o ano todo, fazer conscientização do que nós. Só que eles fazem a conscientização do jeito deles, né? (Depoimento nº 1, p. 3)

(7) Daquela mesma forma que ocupou a terra e poderia fazer outras ações, a gente começa perder força. Então não assim um ou outro, mas eu digo, né, o próprio movimento, a organização poderia avançar no processo de ocupação, que é a luta pela reforma agrária, que nós temos isso como solução para os problemas agrários do país. (Entrevista em grupo no assentamento de Rio Quartel, p. 6)

Depois de um certo tempo de convivência com vozes como essas, algumas marcas de enunciação vão se manifestando com frequência, configurando modos de formulação que caracterizam regularmente esses dizeres. Então nos deixamos orientar por algumas dessas características, fazendo delas pistas a nos conduzir em nosso percurso – mesmo sabendo como elas podem ser escorregadias.

Em suas conversas podemos perceber na fala dos trabalhadores rurais e das lideranças traços enunciativos diferenciadores, como esses três que aqui organizamos.

Quem fala: *nós* ou *eu*?

Um desses traços é a presença constante da formulação dos dizeres do lavrador nas formas do paradigma da primeira pessoa do singular. Aquele que (se) enuncia em “eu” constitui-se como sujeito do e no discurso seja como um locutor que apresenta vozes “outras” no discurso (como quem apresenta a voz de um “outro” nos mecanismos de discurso relatado), seja como aquele que se constitui como o sujeito “referido” nessa voz.

Isto se diferencia sobremaneira da fala das lideranças, em que há uma evidente predominância da enunciação do sujeito em “nós” (ou “a gente”, “se” etc.), ou seja, onde as enunciações em primeira pessoa do singular constituem uma exceção, sendo esta praticamente limitada à configuração de um sujeito enquanto locutor do discurso, isto é, como quem apresenta e/ou organiza o processo da enunciação (junto a verbos que se referem a tal processo, como em “eu estava dizendo que...”, “eu diria assim”, “eu tava colocando” etc.). Há assim uma escassez do “eu” enquanto sujeito “referido” no discurso. Nota-se inclusive uma certa parcimônia na enunciação da primeira pessoa do singular, quando essa referência se faz estritamente necessária, como percebemos em: “Hoje nós contamos, né, na *minha pes-*

110 - nós da. enuncia ao eu prof.
soa como engenheiro agrônomo” ou “...municípios, né, que têm solicitado a presença da CUT, a presença *nossa como pessoa...*”

Advérbios e espaço

Uma outra constância se percebe na fala dos lavradores quanto à frequência com que os sentidos se encontram situados em relação ao espaço. Por exemplo, o sentido do pronome “nós” (e também de “a gente”) deixa-se constantemente determinar pela localização no espaço (“lá no papai”, “na minha casa”, “aqui em Linhares”, “lá na fazenda” etc.). Além da regularidade com que essa adverbialização ocorre, notamos que o sentido desses advérbios configura um espaço cujo raio de abrangência é mais restrito do que o das lideranças (no País, no Estado, no Norte, na região...).

Discurso relatado e tempo

Chama ainda a nossa atenção a insistência com que na fala dos lavradores se reinscrevem, no instante da enunciação, falas que se marcam textualmente como já ditas em outros momentos de enunciações pontuais e que se tornam assim presentes, imediatas, na (pela) instância atual de enunciação (sobretudo nos desdobramentos multiplicadores do sujeito da enunciação, nos diversos mecanismos de discurso relatado). A memória de seu discurso aparece assim minuciosamente explicitada na constituição dos dizeres que se fazem ali imediatamente presentes, no dizer de novo. Isto se marca como constitutivo dessa fala na medida em que se diferencia daquela das lideranças, que não constrói textualmente essas referências pontuais, mas se inscreve nelas de maneira a constituir um modo de enunciação onde as figuras componentes do dizer (o eu, o tu, o ele) se apagam, dando lugar ao surgimento do “plural” “nós”. Desse modo a memória do discurso não toma corpo no texto, e os dizeres que têm sua fonte em outros lugares aparecem como tendo origem no instante (no sujeito) em que se enuncia. Como não acontece essa marcação pontual das vozes, o tempo do dizer se generaliza, se indetermina nas falas das lideranças.

Efeitos gerais: especificação e generalização

Observados simultaneamente, os mecanismos enunciativos presentes na fala dos lavradores têm em comum o fato de se apresentarem instalados na instância disto que tem sido chamado de os "particulares egocêntricos" da língua, isto é, o "eu", o "aqui", o "agora", o "isto". Estes mecanismos são suficientes – haveria outros – para notarmos de que modo a direção dessas duas falas se diferencia mutuamente. Nessas circunstâncias, a direção dos dizeres dos lavradores toma, em face dos das lideranças, um aspecto de delimitação, de circunscrição dos sentidos em relação ao sujeito, ao espaço, ao tempo e ao objeto. Ao mesmo tempo, as falas das lideranças se apresentam direcionadas para a ampliação, a generalização dos sentidos, em relação a esses mesmos elementos.

Relembramos ainda que a própria configuração do lugar discursivo da liderança se dá, como notamos antes, justamente pela capacidade de descentralização em relação a uma "unidade subjetiva" ("eu"). E este modo de representação de sujeito constitui um fato elementar em sua prática discursiva, que se pode chamar, conforme Pêcheux (1975: 271), de um *rompimento do funcionamento espontâneo da forma-sujeito* (isto é, da ilusão subjetiva que constitui o sujeito centralizado, como unidade autônoma que se acredita fonte e origem dos seus sentidos). Este rompimento se dá, paradoxalmente, através de uma nova identificação, em que a interpelação do indivíduo em sujeito "funciona às avessas, isto é, em referência a 'não-sujeitos' como a História, as massas, a classe (...) e suas organizações" (idem).

Este é um dos elementos que parece emprestar à direção das falas das lideranças o aspecto de generalização, com sentidos indeterminados, ou pelo menos muito mais difusos que os dos lavradores.

1.2 Intervalo

Como dissemos desde o início deste percurso, essas diferenças se ressaltam entre os dois discursos quando os consideramos em uma relação específica. Quer dizer, outros traços poderiam ser percebidos se essas vozes fossem perscrutadas noutros lugares, noutras práticas,

A língua: natureza íntima e comum
Cajal, 1900, p. 100

noutras relações. Além disso, o fato de estudá-las em sua relação nos possibilita ainda tentar cuidar para não ouvir delas apenas o que seja diferente de nossa própria voz.

Mas precisamos agora reconhecer que se, por um lado, essa caracterização apresenta elementos que nos indicam formas por onde podemos nos aproximar do tipo de relação dos dois discursos, por outro lado ela não nos diz muita coisa sobre a especificidade desses discursos em relação ao interdiscurso, ou seja, a todos os outros discursos que os atravessam no campo social em que eles se encontram envolvidos.

O que parece necessário então é, partindo dos contornos traçados por essas marcas lingüísticas, prestar atenção aos seus *efeitos de sentidos* – nesse caso, os efeitos da delimitação e da generalização – e procurar perceber de que modo eles funcionam no interior desta prática discursiva, para assim alcançar um seu processo discursivo específico.

Para se chegar a essa especificidade, vem se intercalar entretanto a necessidade de compreender melhor essa idéia mesma da delimitação (e da generalização) dos sentidos, enquanto um fato que integra o processo mais global de produção de linguagem. A partir dessa necessidade procuramos então saber o que tem sido dito a seu respeito, buscando elementos que nos ajudem a compreender melhor o que se passa no encontro dessas vozes.

A memória lingüística vem então de imediato lembrar que na tradição dos estudos da linguagem a idéia de delimitação dos sentidos aparece refletida na noção de *determinação*, que se opõe à *indeterminação*, no sentido de *generalização*, *indefinição* e também de *explicação geral* (e não *exemplificação*). Por um outro lado, temos a memória de algumas falas – que inicialmente parecem circular em um espaço bem distante desse da Lingüística – pelas quais aprendemos, diante das obrigações, do dever, a ser um *sujeito determinado*: sujeito que, com força de vontade, não se deixa abater pelo desânimo, que ameaça fazer sucumbir qualquer empreendimento.

Encontrando-nos próximos de fontes de onde jorra a primeira dessas memórias, decidimos enveredar pelos trilhos de suas explicações. Redescobrimos assim alguns trabalhos que nos falam longamente da determinação na linguagem; *Semântica e Discurso*, de

M. Pêcheux, "Construções Relativas e Articulações Discursivas", de P. Henry e *Fazer Dizer, Querer Dizer*, de C. Haroche, apresentam um conjunto de formulações básicas para nossa reflexão. Acharmos necessário portanto desenvolver, mesmo de modo sintético, necessariamente, algumas das noções e questões que são suporte para a compreensão do processo de determinação na linguagem.

2 Determinação

Seguindo inicialmente o percurso de sua formulação no domínio da Gramática, vamos encontrar, conforme Claudine Haroche, essa noção instalada inicialmente no domínio chamado *Sintaxe*, em referência aos modos de acréscimos, associações e combinações dos termos, ainda nas marcas morfológicas do sistema de declinações. O processo da determinação se fazia notar então pelo adjetivo, o advérbio, o pronome e um nome apostro, e visava "eliminar uma confusão de significação" (Despautere, apud Haroche, op. cit., p. 146). Determinar, nesse caso, significa procurar banir a *ambigüidade*, fazer prevalecer a *clareza* no texto.

Mais tarde, com o desaparecimento do sistema de declinações, nos diz a autora, os gramáticos elaboram a noção de *complemento*, para indicar "aquilo que se junta a uma palavra para determinar sua significação" (Du Marsais, apud Haroche, idem, p. 149).

Ainda suposta no domínio da *Sintaxe*, a noção de determinação aparece refletida também na distinção originária da Gramática de Port Royal entre dois tipos de construções relativas: as chamadas relativas determinativas (ou restritivas) e relativas explicativas, que se colocam nas gramáticas tradicionais deste modo:

A relação é dita determinativa (ou restritiva)

quando aquilo que se acrescenta a uma palavra geral restringe sua significação, e faz com que não se a tome mais por essa palavra geral em toda sua extensão, mas somente por uma parte dessa extensão, como quando eu digo "os corpos transparentes", "os homens sábios", "um animal racional". Essas adições não são simples explicações, mas determinações porque elas restringem a extensão do primeiro termo (Henry, apud Haroche, idem, p. 147).

Ao contrário, a relação é dita explicativa quando o elemento acrescentado

só desenvolve seja o que [já] estava aprisionado na compreensão da idéia do primeiro termo, seja ao menos o que lhe contém (...) geralmente e em toda sua extensão, como quando eu digo: "o homem que é um animal dotado de razão" (...) essas adições não mudam em nada a idéia da palavra homem... (idem).

A idéia que se encontra nesta distinção entre identificação (determinação) e explicação é a de que pelo procedimento da determinação se formula, ao lado de um determinado elemento do discurso, um outro elemento que se considera não estar ainda (suficientemente) dito no interior do discurso pelo elemento anterior. Nesse sentido Du Marsais diz que

uma palavra deve ser seguida de uma ou de várias outras palavras determinantes todas as vezes que, por si mesma, faz só uma parte da análise de um sentido particular; o espírito tem então necessidade de esperar e pedir a palavra determinante para ter todo o sentido particular que o primeiro só lhe enuncia em parte (Du Marsais, apud Haroche, idem, p. 149).

A noção de determinação aparece refletida ainda no domínio da Semântica, onde é situada como uma questão de léxico. É o que Haroche observa em D'Allais, quando este afirma que

determinação e indeterminação vêm da escolha do nome e não da dos artigos: estes só têm valor "segundo a significação dos termos aos quais eles estão ligados". É pois geralmente no interior dos nomes que é preciso fazer as divisões (op. cit., pp. 148-9).

Quaisquer que sejam, entretanto, os mecanismos formais pelos quais o processo da determinação dos sentidos se manifesta no tecido da língua, que são diversos – talvez mais diversos do que convencionalmente se tem considerado –, para nós o que é importante notar a partir dessas explicações são duas ordens de questões indis-

sociadas. Por um lado interessa-nos considerar o sentido mesmo da noção de determinação e, por outro, o modo pelo qual essa noção se formula na reflexão sobre a linguagem.

Por essas explicações se pode notar, em síntese, que os elementos *determinativos* são tidos como elementos que

não acrescentam, em teoria, nenhuma significação nova ao termo determinado: eles intervêm somente para limitar sua extensão. (...) A preocupação geral não é abrir a significação mas restringi-la, em suma, delimitá-la (Haroche, op. cit., p. 150),

podendo essa delimitação vincular-se, segundo alguns lingüistas, C. Bally entre eles,¹ a aspectos como a *quantificação* e a *localização*.²

Os mecanismos de determinação caracterizam-se portanto como mecanismos de linguagem privilegiados para se perceber a realização textual da impressão de que se atinge de fato um objeto em sua unicidade, em sua invariância, e de que se aprisiona na língua esse objeto que parece só poder ser *este, assim, desta forma*. A determinação supõe, desse modo, a possibilidade de uma "ancoragem da significação" em um referente exato, definido, individual. Esta capacidade seria, segundo as gramáticas, maximamente realizada nos nomes próprios, ao contrário dos nomes comuns, também chamados "conceitos", nos quais uma não-saturação referencial permitiria a existência de um "lugar vazio", de inexatidão quando, como diz Pêcheux (1975: 107), "o grau de atribuição de unicidade pode variar até o ponto de se extinguir".

Determinar significa especificar, distinguir, identificar, delimitar, referir. "A determinação corresponde, portanto, à função de designação, de referência" (Haroche, idem).

¹ Segundo Cohen, apud Haroche, op. cit., p. 150.

² É nesse sentido que consideramos possível falar da determinação a partir de marcas como o pronome pessoal e o discurso direto. No primeiro caso nos baseamos no fato de que em "eu" e "nós" aparece essa idéia de *quantificação* (na classificação de "singular" e "plural") que, por outro lado, é justamente considerada por Benveniste (1988) como insuficiente para dar conta da relação de sentidos entre "eu" e "nós", para a qual ele sugere, para além das noções de singular e plural, uma distinção entre "pessoa estrita" e "pessoa amplificada". E quanto ao discurso direto, parece-nos igualmente possível considerá-lo como um procedimento de determinação enquanto *localização* de vozes, isto é, das enunciações marcadas como vindo de outros.

Por isso as questões que envolvem a determinação se relacionam intimamente às que envolvem a referência. "A questão de fundo que se coloca com a determinação", diz Haroche (idem), "é a da referência e do sujeito, de uma possibilidade de referência para o sujeito".

Mas se a determinação se apresenta assim tão intimamente relacionada à questão da referência – sendo que esta tem sido tomada muitas vezes como o próprio fundamento do dizer – pode-se perguntar então em que medida, e para qual modo de pensamento, a determinação se apresenta assim tão rigorosamente distinta do processo tido como mais difuso de conceituar, de explicar.

Este questionamento leva a reflexão, para além dos mecanismos formais, aos próprios fundamentos da noção de determinação, assim como ela se instala no domínio da Lingüística.

Claudine Haroche provê uma justificativa histórica para a formulação da idéia de determinação no trato do sujeito com o texto, com a língua. Ela observa que essa noção passou a se desenvolver no interior da Gramática com influências de ordens exteriores, que ela localiza, por um lado, na necessidade de desambigüização dos sentidos colocada na (e pela) instituição religiosa, sobretudo em seus exercícios pedagógicos, no esforço de manutenção da *unicidade* da verdade divina, indissociado do esforço de interdição da *interpretação* do Texto pelo sujeito submisso a essa verdade. E, por outro lado, localiza tal influência na exigência de transparência do sujeito, que acompanha a constituição e o funcionamento do sujeito jurídico, que se tem como "um sujeito simultaneamente submisso e responsável".

A formulação do conceito de determinação se deixa flagrar então pela autora como acompanhando um ideal mais amplo de *completude*, de *evidência* e de *transparência* (tanto da língua quanto do sujeito); ideal que lança para o espaço – um espaço que então se estabelece, que assim passa a ser discriminado – do *indizível*, do *inefável*, da *subjetividade*, tudo aquilo que, parecendo confuso, indefinido, vago, indeterminado, ambíguo, viesse, por falta ou por excesso, escapar – resistir, mesmo – à clareza exigida para o bom desempenho da língua e do *ser sujeito*. Assim se estabelece, segundo a autora, o julgamento do espaço da subjetividade como aquele exclusivo da ambigüidade, do caos, espaço tido como menos dotado de

Trabalha a determinação
por proced. do sujeito

Carica a frase
sujeto

capacidade de rigor (seja na constituição das teorias ou de objetos de estudo).

Assim a memória lingüística reencontra, para nossa surpresa, aquela outra memória, a do sujeito determinado capaz de vencer o desânimo, o ócio, espaços da dúvida, da germinação da incerteza, da obscuridade e da indecisão, que ameaçam a urgência das empresas "normais". A exigência de clareza da língua, com suas referências determinadas, únicas, exatas, se encontra então paralela à necessidade de clareza do sujeito, de um sujeito decidido que, em sua determinação, não se deixa tardar, confundir, atrapalhar.

Um outro viés por onde podemos notar os esteios que sustentam a noção de determinação é a reflexão de P. Henry (1975). Ele mostra que esta noção se apresenta, na Gramática e na Lingüística, operando com elementos de duas ordens distintas: a ordem das "coisas ou do pensamento" e a ordem "da linguagem, do discurso", que ali são supostas como duas ordens separadas, independentes,³ sendo que a ordem das coisas ou do pensamento teria uma garantia anterior à linguagem, e esta se colocaria depois, sobre a primeira.

O autor elabora então um estatuto de linguagem para aquilo que, no interior do próprio domínio do discurso, *aparece como estando assegurado antes e fora dele*, isto é, que aí toma a aparência de coisa ou de pensamento. Em outras palavras, ele formula no interior do próprio domínio da linguagem um lugar para isto que, nessas relações (explicativas e determinativas), se apresenta como sendo do

³ Mais especificamente — observando que o que a classificação das relativas determinativas e explicativas ostenta na verdade são duas concepções contrárias da determinação — P. Henry explica deste modo a separação das duas ordens naquele domínio: quando se considera, por um lado, que a adição dita determinativa "especifica uma particularidade do antecedente que estaria em questão no enunciado, particularidade que tornaria possível sua identificação prática no mundo das coisas ou do pensamento" (p. 43), neste caso a adição é considerada como intervindo na função designativa ou referencial do discurso, o que quer dizer que haveria uma ordem das coisas ou do pensamento que estaria explicando (presidindo) a ordem do discurso. E do outro lado da mesma questão, quando se pensa que a adição (dita explicativa) enuncia "uma particularidade do que está em questão no discurso, mas (...) que esta particularidade não intervém na identificação que na prática se daria de maneira completamente independente desta relativa, a partir do substantivo, ou mais amplamente, do grupo nominal denominado antecedente" (idem), então se está supondo agora que a ordem do discurso é que está concebida independentemente da ordem das coisas ou do pensamento, já que a identificação prática fica garantida em outro lugar que não o dessa adição.

Ver Charles de Brice (rel.)

domínio das coisas ou do pensamento: aquilo que aparece como estando assegurado anterior e exteriormente ao domínio do discurso é ainda tecido na ordem do discurso, especificamente pelo mecanismo formal da relativa determinativa, que permite que uma enunciação que é afirmada na atualidade de um discurso *apareça como* já tendo sido formulada antes, independentemente, em outro lugar, ao que ele chama de *efeito de pré-construído*.

Podemos notar assim que, se a ordem das coisas ou do pensamento se elabora como um efeito na linguagem, fica traçada deste modo a base do que produz um forte deslocamento em torno da própria noção de determinação e dos seus procedimentos de análise: nesses termos, já não se sustenta a consideração da relação entre elementos que não estejam situados no mesmo domínio, o da linguagem. Nesta perspectiva, fica abalada, por exemplo, como nota Paul Henry, uma noção como a de "autonomia referencial", que sustenta hoje a noção de determinação em Lingüística. Isto porque se é levado a "considerar o caráter referencial ou não" — (e por aí, conseqüentemente, o caráter determinado ou não) — "de uma unidade não como uma característica intrínseca desta unidade, mas como um efeito de sentido onde intervêm conjuntamente a sintaxe e fatores semânticos" (P. Henry, op. cit., p. 51), sendo que "o efeito de sentido não está nas unidades mas nas suas relações" (idem, p. 52). Relações que se constituem, portanto, de elementos do próprio domínio da linguagem; relações entre sentidos: relações semânticas.

Essas explicações vêm portanto, até esse momento, reforçar o modo pelo qual vínhamos percebendo as diferenças que podem nos levar a compreender a especificidade da relação das vozes que nos dispusemos a analisar: um sentido não salta aos olhos por si do fundo de uma realidade imanente, evidente; ele só se manifesta a partir de um seu encontro com outros.

Contudo, conforme Pêcheux (1975), não será ainda suficiente deixar de perseguir um conteúdo em sua autonomia — supondo-o como um habitante sedentário da unidade da língua — para permanecer em um outro campo feito só de correlações formais, como se das formas lingüísticas correlacionadas pudessem brotar sentidos evidentes por si aos olhos de uma razão humana universal. Haverá que se interrogar ainda, conforme alerta o autor, a evidência desse olhar supostamente produzido por uma razão suprema, única, que se quer fora de causa. Isto pode ser realizado se levamos em conta as condi-

ções que tornam possível um olhar, ou melhor, “os olhares”, a cada vez, em diferentes circunstâncias.

Considerando então o duplo questionamento da imanência do “conteúdo”, suposta nas unidades lingüísticas em si, e da evidência do sujeito que “vê” as relações formais dessas unidades, é possível compreender que já não se pode perscrutar um *sentido ideal*, que estaria supostamente “sempre já af”, independentemente dos processos reais pelos quais se constituem.

Notamos então que, no conjunto, os trabalhos de Pêcheux, Henry e Haroche, substancialmente, retiram a noção de determinação desse lugar onde ela é considerada como uma propriedade intrínseca de determinadas categorias lingüísticas e/ou relações formais “em si mesmas” e a reintroduzem como um “efeito” que se realiza, de fato, na língua, mas que não pode prescindir de relações específicas entre sentidos, entre discursos, ali situado o sujeito.

Desde então podemos compreender que uma marca lingüística “que poderia, *por sua própria natureza* passar por geradora de determinação, apareça, na realidade, como sendo suscetível de remeter ao indeterminado” (Pêcheux, op. cit., p. 107), o que depende das relações discursivas que se estabelecem em cada situação.

3 Intercurso

Só agora, a partir deste deslocamento efetuado em relação à noção de determinação e a seus procedimentos de análise, torna-se possível retornar àquela nossa insatisfação inicial em relação à classificação dos discursos, e perceber em que sentido podemos observar os fatos de determinação sem, entretanto, tomar os seus mecanismos como intrínsecos, como capazes de instituir um certo tipo de discurso de uma vez por todas, e sem tampouco permanecer em uma categorização que, em si mesma, se mostra insuficiente para se dar conta das movimentações específicas dos sentidos em uma prática determinada de discurso, conforme já tínhamos notado antes.

A partir de tudo isso que foi dito, podemos perceber agora como os procedimentos de análise do conteúdo da língua ou das suas formas fixas configuram uma perspectiva a partir da qual seríamos levados a dizer por exemplo – caso não tivéssemos feito esse deslocamento anterior – que as falas dos lavradores formariam, a partir

das características antes ressaltadas, um tipo de dizer em que os sentidos são incapazes de ultrapassar a instância de uma “unidade subjetiva”, ou seja, de um indivíduo na “unidade” de seu nome próprio. Pareceria que o seu dizer se encontraria baseado apenas em sentidos particulares, *percebidos* pelo sujeito ou, quando muito, expandidos aos sentidos *experimentados* na estreita relação que envolve os sujeitos em sua convivência “localizada” (no espaço, familiar, grupal – que lembra também o tribal). A localização dos sentidos em relação ao espaço pareceria propiciar – e é isto que geralmente se diz deles – uma maior proximidade entre esse sujeito que diz “eu” e o objeto, no “isto” ou no “visto” de uma situação imediata, concreta. Daí os sentidos parecerem “empíricos”. Não pareceria haver, por essa via, abstração alguma nessas falas, mas apenas objetos brutos. Por sua vez, a localização, a recolocação em cena dos sujeitos nos mecanismos do discurso direto configuraria, desse ponto de vista, um dizer sem expansão, colado ao presente, com suas repetições literais, demoradas (excessivamente presentes, talvez, para ouvintes mais apressados).

E tudo isso junto seria ainda muito “simples”.

A partir de um procedimento assim classificador, para cujo olhar esse discurso aparece como tão diferente, com tamanha particularidade, é possível ainda se entender como, por uma espécie de necessidade vital de banir do espaço “normal” e higienizado tudo o que não é semelhança, se institui ao longo de uma história como a nossa um espaço de discurso à parte para esses “falares”, como o do cultural-folclórico-exótico, do primitivo, das origens (medieval), também do simples-atrasado-acessível, ou do popular, do comprobatório... São impressões de um olhar que atravessa o discurso “rural”, pregando-o, com uma avaliação negativa, numa suposta tábua rasa do concreto-natural da linguagem, colocando-se assim, afinal, tão-somente como um dos componentes necessários da relação em que se faz o efeito de sentido. Esse olhar, entendemos então, se mantém submerso ao efeito do empírico, ao invés de expor a sua opacidade.

Do mesmo modo, por essa mesma conjugação de procedimentos da procura dos conteúdos pré-existentes com a comparação das formas, poderíamos ainda chegar a constatações extremamente opostas, como as que situam as falas das lideranças no espaço daquilo que se faz apenas de abstrações, carecendo de “fundamentos”,

de referencial concreto. Af estaríamos a um passo da solicitação positiva de referências de expressões como “as massas”, “a classe”, “o povo” etc.

A partir dessas observações, o que nos parece mais interessante então é procurar compreender o modo pelo qual um mesmo processo discursivo, neste caso o processo da determinação, funciona em cada discurso, a partir dos diferentes olhares, dos diversos lugares e modos de produção de sentidos. Ou seja, procurar compreender de que modo o seu efeito intervém, simultaneamente, na constituição do sujeito e dos sentidos no interior de uma prática discursiva específica.

Talvez se tenha chegado assim a uma melhor compreensão do que significa procurar perscrutar os sentidos fora do campo das identidades essenciais, ideais, dos sujeitos envolvidos nessa prática. O rumo que nos orienta, antes, é saber o que está em jogo quando se formulam esses dizeres entrecruzados que adquirem, em condições específicas, justamente, esse aspecto de determinação. É desse modo que nos parece possível compreender as relações de saber e de poder, em seu andamento, através do procedimento da determinação, tanto em sua produção quanto em sua leitura.

Se, como dissemos, é relevante, para se falar em determinação, observar a relação entre os sentidos, devemos então agora restituir os discursos que deixamos em suspenso e que tomamos, também nós até aqui, de um certo modo, como se fossem independentes entre si, ao curso das relações mais específicas em que estamos interessados.

4 Do particular ao geral: sobredeterminação

Procurando então focalizar o funcionamento da determinação no dinamismo tenso da circulação dos sentidos, que vão e voltam da produção à leitura e da leitura à produção, vamos perceber que, em uma reversibilidade real ou imaginária, se trançam, em diversos níveis de produções sobre produções e de leituras sobre leituras, estados de encontros, de conversas, no intercurso entre os pólos da fala e da escuta, entre o ver e o ser visto, mas também climas de desencontro, na permanência da surdez, do mal-entendido. São atrações,

indiferenças e repulsas mútuas que se des-prendem nessas trocas simbólicas.

De um lado procuramos compreender o modo como as lideranças tecem sua própria leitura do lugar do outro, nas projeções que exercem sobre ele, a partir de seu próprio lugar. De outro lado, o modo como o lavrador se vê visto nesse olhar alheio, nas (pelas) produções que ele formula diante daquela sua leitura; sua reação ao olhar que lhe parece estranho. Dos dois lados, essas produções se montam e se desmontam em certos olhares, em certas falas, das quais não se pode localizar um princípio ou um fim. Não é certo, neste caso, que se possa localizar qual produção antecede a qual leitura. Convém nos ajeitarmos com esse quadro de direções incertas em sua “des-organização” mesma.

Por af, nesse trânsito emperrado dos sentidos, encontramos situações como essa que segue. Seu contexto é o do conflito extremo entre os donos e os destituídos – de posses, de mando, de voz. O pressuposto é o de que pela voz se acessa à igualdade de poder, e por este, a da posse. O procedimento é o do encorajamento à tomada da palavra, apesar de tudo. As falas marcadas em (A) podem, mesmo em seu atravessamento, ser consideradas como representativas do dizer dos trabalhadores rurais.

A – Os trabalhador da roça são totalmente esquecido (...).

B – Falta muita conscientização.

A – Somo trabalhador, a nossa situação tá difícil, tamo abandonado (...). Eu tiro vendo a realidade da nossa região aqui, né, não sei se... né, porque a gente já falou muito, porque a gente tem que ficar um pouco calado (...).

B – Diante do clima, (...) falando do trabalho, olhando prá realidade, a gente fica triste, né.

A – Tô colocando isso af, é uma realidade, hein! Realidade vivida.

C – Não, mas tem que colocar!

A – Vivo há dezenove anos em cima disso af, nunca melhorou. Melhorou um pouquinho depois que começou a existir a comunidade na região. Af a comunidade formou, a gente falou até o que não devia, e o que devia, e alguém abandonou por falar

sobre isso aí mesmo (...). Alguém que, pequeno de cabeça grande, não aceitaram a realidade, abandonou até a comunidade, né. E eles tão vivo até hoje. É isso aí. Porque é uma região de gente de poder, né, não são pequenos proprietários, são tudo gente de alta mesmo, e a gente convive lá no meio. E é isso aí, vivendo o dia-a-dia dos companheiro. Passou o viaduto prá lá, sai até o Pontal do Ipiranga, Povoação, Brejo Grande e assim por diante (...).

B – Isso aí gira em torno do Município todo.

A – Não, eu só tô dizendo que aquele lado lá a gente mais conhece.

Coordenador – A gente andou nas comunidades, a gente percebe que essa realidade é muito forte, principalmente na região das fazendas (...). Eu diria, né/vocês falaram: “Aqui é a realidade nossa, né, das fazendas, né, das pessoas do interior, a maior parte”, né? Mas em outras palavras essa realidade tá muito forte nas grandes cidades, né? Não só Linhares, Vitória, Colatina, né, as grandes cidades. O desemprego, a questão da juventude, a questão que tem crianças que trabalham sem ganhar salário justo, né? Isso aqui tá muito presente em toda a sociedade brasileira hoje. (Reunião nº 2, pp. 9-10)

Em situações como essa os sentidos produzidos pelos lavradores não parecem determinados se levamos em conta relações que podem se dar no limiar de sua formação discursiva, na medida em que aí esses sentidos ultrapassam a instância do particular, do individual, e elaboram/sustentam sentidos (“eu tiro” = “eu concludo, elaboro” – vendo a realidade da nossa região) que *para o interior da sua formação discursiva* se apresentam como “evidentemente” aceitos por todos de seu grupo, a partir de seu lugar social.

Mas se tomamos esse dizer no entrelaçamento das suas relações com outros, isto é, observando o modo como ele é visto a partir de outros lugares, podemos notar que a ampliação de seus sentidos na generalização se deixa prender nos limites fixados por (sobre) seu lugar de produção. Ou seja, embora produzindo um efeito de indeterminação, de generalização, para o interior da própria formação discursiva, o seu dizer toma, perante outros olhares, na rede das relações interdiscursivas, um efeito de determinação.

Vale ressaltar aqui (a título de ilustração?) a polissemia de “a gente” tal como se encontra, por exemplo, no recorte nº 1 deste texto (“a gente tem que... fazer pra gente não precisar de comprar”): para quem se encontra no interior da formação discursiva dos lavradores, a interpretação pode ser a de um “a gente” generalizador, que aparece, para esse lugar, como universal. Mas, para quem não pertence a esse grupo, a interpretação de “a gente” se determina, se mostra limitada ao interior daquela formação.

A partir desse entrelaçamento, dos efeitos de sentidos que sobressaem na rede que envolve produção e leitura, não se pode deixar de enfatizar aqui então, concordando com Pêcheux, o papel do olhar leitor: não é a produção “em si mesma” que se faz determinada ou indeterminada. A determinação, neste caso, sobrevém de uma operação de leitura, de interpretação, exercida sobre aquela produção, no sentido em que se pode notar no texto citado: a liderança parte do que o lavrador disse em relação a “sua realidade” (“vocês falaram, aqui é a realidade nossa, das fazendas, das pessoas do interior”), e *estende* “essa sua realidade” para uma dimensão em que os sentidos são mais gerais – onde o espaço é mais amplo e o tempo mais difuso; somente o sujeito que conhece esses sentidos é ali suposto o mesmo, já que a liderança se imagina efetuando uma paráfrase (o mesmo sentido) entre o dizer dos lavradores e o seu, enunciando aquela “mesma” realidade *apenas* “em outras palavras”, de um modo mais geral: “*isso aqui* tá muito presente em *toda a sociedade brasileira hoje*”. Fica esquecido assim que, mesmo quando se quer dizer *apenas em outras palavras*, os sentidos já não são os mesmos quando falamos a partir de um *outro lugar*: o que significa “a realidade”, podemos nos perguntar, para o lavrador e para a liderança?

Parece-nos que, da amplitude de uma visão descentralizada como a da liderança, a fala do lavrador é ouvida assim como um complemento específico, particular, *determinado*, como uma espécie no interior de um gênero, um detalhe no interior de um todo, um exemplo no interior de uma idéia, “*que não acrescenta, em teoria, nenhuma significação nova...*”, e que somente *localiza* ou *quantifica* uma outra significação. Do lugar de liderança não se percebem – não se conseguem perceber – muitas vezes na fala do outro senão objetos que se adequem a um certo universo conhecido de sentidos. Assim o saber que se apresenta como geral – aquilo que representa *tudo* – para o lavrador pode passar a figurar como um simples ele-

mento a mais. Nessas circunstâncias, esse sujeito-liderança deixa, assim, “desenhado num espaço vazio o campo de ‘tudo o que teria sido possível dizer (mas que não diz)’”. (Pêcheux & Fuchs, 1975: 176), ou de tudo o que teria sido possível ouvir (mas que não ouve).

Desse modo somos levados a compreender que os dizeres dos lavradores, podendo ser produzidos de modo indeterminado mas projetados freqüentemente como determinados, são, nas relações interdiscursivas, *sobredeterminados* por outros dizeres.

Seus sentidos outros, seus objetos de referência próprios, seu saber e seu não-saber constitutivos, suas ambigüidades e indeterminações, são assim tornados claros, precisos, determinados, à luz de alguns olhares que o “aplainam”, que lhe podam as arestas mais confusas, higienizando-o para (ao) “compreendê-lo”, ao “conhecê-lo”, enquanto um “*caso concreto*”; um exemplo eficaz para tornar evidentes outros campos de sentidos; uma referência para a ancoragem de outra significação: a generalização assim realizada explica para ele o que ele é, arrebatando-lhe as próprias referências gerais, seu “território” de representações, e atribuindo-lhe o estatuto anônimo (embora supostamente mais digno de reconhecimento nas categorias discursivas) de um elemento a mais no domínio de outras referências gerais, de outras formações de discursos.

Entretanto, considerando essa relação agora a partir de um outro lugar, parece, em contrapartida, que o lavrador não se reconhece nesse esclarecimento. A partir de seu encontro com essa leitura homogeneizadora, ele sai a campo com suas produções, resistindo visivelmente à diluição feita na “extensão” dos seus sentidos a outros que aí aparecem como mais gerais: “Não, eu só tô dizendo que *aquele lado lá a gente mais* conhece”. É o lavrador que parece buscar agora insistentemente, para uma aterrissagem (sua ou do outro?), referências capazes de garantir seus parâmetros de representações – e que aí aparecem como pontuais, específicas, determinadas – que não encontra suficientemente formuladas no curso das explicações que presencia. Assim se insurge sua necessidade vital de produzir, no meio dessas explicações, elementos capazes de propiciar uma outra significação de si, do lugar de onde fala, das relações que mantêm com outros lugares de sujeito e seus outros sentidos. De determinar-se.

Pode-se perguntar então sobre os motivos pelos quais, nessa tentativa de manutenção das próprias referências, a sua fala se apre-

senta preferencialmente enunciada de modo “determinado”, nas formas dos “particulares egocêntricos”, em forma de relatos particulares, “em seu nome próprio” (ou mesmo em nome de seu grupo). Isto se dá, a nosso ver, porque, como ele se representa (ou se encontra representado) *de um modo determinado* nas relações de saber e de poder em que se encontra envolvido, ele sabe (“sem saber”?) que a forma textual que a sua contestação pode (e deve) tomar é a do depoimento pessoal, do testemunho vivido. Caso contrário, basta suprimir os “determinativos” de sua fala para ver o que acontece: *Não, eu () tô dizendo que () lado () a gente () conhece*. Paradoxalmente o efeito de relativização (indeterminação) de seu discurso se dilui e a contestação se torna direta, determinada. Isto mostra como os “determinativos”, tidos geralmente como especificadores no domínio das marcas formais da língua, servem à *indeterminação* no domínio do discurso.

No limite, este modo relativizado de o lavrador atestar outros sentidos, outras verdades, pode ser entendido por situações como a que segue, que são bastante freqüentes nos textos estudados: em uma discussão sobre os trabalhadores da cidade e do campo, diante de um argumento da coordenadora, que se pode resumir nessa sua fala:

Se a gente fosse um pouquinho, ver só um pouquinho, um terço, como é a vivência na cidade, é muito pior do que aqui na roça,

o trabalhador se introduz na conversa, formalmente, a título de uma ilustração, deste modo:

Um exemplo aí, que nós moramos na roça, né, Rio Bananal, né. *Como* na roça tem o café. Então a maioria dos pequenos proprietários produz mais café. E depois da colheita do café, cinco mil, uma saca de café, cinco mil. Quê que é cinco mil, gente!? Não dá prá fazer nada, cinco mil. Vai comprar um saco de açúcar é seis, sete mil (...). Então não dá, você desanima, pega e vende a sua terra e vai prá cidade. (Reunião nº 3, p. 8)

Embora se introduza na conversa a pretexto de um simples exemplo, fica claro que o seu depoimento localizado, determinado,

configura um argumento que contesta de modo sutil, como certamente lhe convém, a afirmação da liderança (de que a cidade é pior do que a roça). Trata-se portanto de uma explicação estabelecida em uma relação de abstração, mesmo que não pareça se permanecemos no contraste explicação/exemplificação.

Acreditamos que esse seu modo de explicar por meio de especificações encontra sua razão no fato de que, na rede das representações que circulam em seu campo, não é dado ao lavrador prover “explicação” alguma diante dos que “conhecem mais”, dos que “sabem falar”. Fica-lhe reservado, como que *por natureza*, o espaço discursivo do “causo”, do relato particular, do testemunho das experimentações, “afetivas” ou “fantasmagóricas”, tidas como desprovidas de toda razão, de qualquer objetividade.

Fica claro desse modo que ao se negar dele a capacidade de ultrapassar o procedimento de determinação dos sentidos, atribuindo à sua fala apenas o papel de um complemento de outros discursos, é o próprio estatuto de sujeito apto a pensar, a interpretar, consequentemente a agir, que se lhe está confiscando.

Não é sem surpresas que constatamos assim, nesse espaço, embora quase inaudível sob a aparência de um diálogo meigo entre irmãos, ou de um simples exercício de lógica indutiva entre aprendiz e mestre, um debate forte.

No desfecho mais imediato, o invólucro de humildade com que se reveste o saber daquele que se imagina menos sabido é arrebatado pelo que se apresenta com o jeito sábio da consciência esclarecida. Então, não menos espantados, imaginamos que, uma vez mais, em condições tão inesperadas, “haverá uma grande margem de silêncio – produzida pelo dominador e empunhada pelo dominado” (Orlandi, 1990: 21).

Como o silêncio não é digerido, mas justamente “empunhado”, os sentidos reais que sustentam o sujeito e que, como alimento, continuam a lhe correr nas veias, continuarão a produzir seus efeitos e, num desfecho mais prolongado, certamente mostrarão como não podem ser banidos, malgrado os esclarecimentos.

5 Generalizações

A partir de tudo o que foi dito até aqui, torna-se possível dizer agora, correndo justamente o risco de redução, próprio das falas abrangentes, que nos mecanismos formais do exercício da generalização, tal como notamos na situação anterior, aparece uma *inclusão superficial* dos dois lugares de sujeito em um lugar comum de discurso. Essa inclusão absorve as especificidades dos sentidos particulares, na emergência de uma indistinção que homogeneiza as diferenças entre os dois pólos da relação inter-discursiva; no (e pelo) mesmo mecanismo em que o lugar do outro, o interlocutor, é incorporado ao lugar do locutor, na generalização, ele é também, por isso mesmo, apagado, esquecido, em seu lugar real de produção de sentidos. Aí o saber “geral” preside e suplanta o “particular”.

E os fluxos dos sentidos se emperram, dos dois lados. As imagens de uns e de outros permanecem em seu lugar por mais tempo. Serão eternas?

Por enquanto, nos contentamos em perceber que a não-diluição do lugar do outro numa aparência de igualdade, isto é, a manutenção das diferenças, das especificidades dos sujeitos, em seus lugares e modos diversos de produzir sentidos, aparece assim como uma das condições primeiras da *reversibilidade*.

Por outro lado, o modo como a generalização se exerce nessa prática discursiva – em detrimento das referências “particulares”, sejam elas do domínio de um sujeito individual (“eu”) ou do domínio de um “sujeito coletivo” (“nós”) (Orlandi, Guimarães e Tarallo, 1989) – realiza ainda um julgamento do domínio do particular como um espaço “subjetivo” desviante da ordem objetiva da clareza, dos próprios ideais (objetivos) dessa ordem. Em nome da configuração/manutenção de um saber que se quer verdadeiro de um modo geral, em todos os tempos e espaços, e de um *nós* abrangente de *pertencimento* (aconchegante, autoprotetor), se dobra (se dribla?) o espaço dos saberes particulares. O reconhecimento de algum índice de verdade nesse espaço viria talvez, nessa perspectiva, obscurecer as próprias certezas desse saber em seus parâmetros gerais.

Fica assim esquecido o fato de que o espaço do particular pode constituir ainda um lugar onde se marca e se mostra, mesmo que de

modo tênue, a resistência – enquanto princípio vital – do sujeito (Haroche, 1984). Impulsionado pelos equívocos e ambigüidades que o atravessam sem se esgotarem na clareza, o sujeito não se vê nunca suficientemente explicado nem completamente dito nas (pelas) evidências gerais. E da tensão entre as exigências do domínio de todos e de cada um jorra um fluxo inesgotável de produção de sentidos. Por isso se pode dizer que um procedimento de generalização como esse, “ao repetir o que todos sabem, permite calar o que cada um entende sem o confessar” (Pêcheux, 1982: 15). Ou talvez, o que cada um entende, mesmo confessadamente, ainda que de modo incerto e frágil.

É preciso, enfim, dar nome a um elemento mais fundamental, que preside e proporciona o funcionamento de toda a teia de impressões que procuramos desenvolver do início até este momento de nosso percurso, e que se encontra na base mesmo da constituição de equívocos como os que aqui encontramos. É que o discurso das lideranças se encontra embalado na rede dos discursos pedagógicos e, como tal, se sustenta sobre a suposição da possibilidade de um modo certo e único de conhecimento, que poderia ser estendido, em forma de ensino-aprendizagem, do “concreto” de uma situação imediata (que se encontraria representado na voz dos lavradores) ao “abstrato” dessa “mesma” situação, generalizada nos conceitos universalizantes da voz dessa *verdade única* que, a partir de um universo homogêneo, proporciona o aparecimento de noções como as de “erro” e de “acerto”.

M. Pêcheux (1975: 127) é bastante sintético ao nomear esse elemento: ele o chama de *mito continuísta empírico-subjetivista*. É bastante preciso também ao explicar que esse mito “pretende que, a partir do sujeito concreto individual ‘em situação’ (ligado a seus preceitos e noções), se efetue um apagamento progressivo da situação por uma via que leva diretamente ao sujeito universal, situado em toda parte e em lugar nenhum, e que pensa por meio de conceitos”, acrescentando que é sobre a “base idealista desse movimento contínuo ‘do concreto ao abstrato’” que é geralmente concebida a distinção entre a determinação e a explicação, “não necessariamente fazendo coincidir determinação e ‘concreto’, de um lado, e explicação e ‘abstrato’, de outro”, ele diz, “mas cruzando as oposições sem se questionar sobre as razões que podem, em certos casos, sobre-determinar, tornar confusa ou apagar a oposição”... (idem, pp. 127-8)

Esperamos ter elaborado elementos suficientes – ter tecido, também nós, algumas referências pontuais necessárias – para ancorar a compreensão de que os objetos de referência que entram em jogo nas conversas que vimos aqui se trançarem não são os mesmos, pois “estes objetos estão inscritos em uma filiação e não são o produto de uma aprendizagem” (Pêcheux, 1982b: 55).

- *não há debate*

- *na escola*

*↳ efeito de fog.
cuja de ser um mundo*

Orlandi = 1990, 21

Prof. Alencar